**Resposta do Grupo Pão de Açúcar**

**2 de dezembro de 2019**

O Centro de Informação sobre Empresas & Direitos Humanos convidou o Grupo Pão de Açúcar para responder sobre alegações de falta de transparência e diligência devida sobre sua cadeia de frutas no Brasil, bem como cumplicidade relativa às condições indignas de trabalho e vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as que plantam e colhem tais frutas no Brasil:

* “[Frutas doces, vidas amargas](https://oxfam.org.br/setor-privado-e-direitos-humanos/por-tras-do-preco/frutas-doces-vidas-amargas/)”, OXFAM Brasil, outubro de 2019
* “[4 coisas por trás das frutas](https://www.youtube.com/watch?v=vmwrNIeITnc&feature=youtu.be)”, OXFAM Brasil, 7 de outubro de 2019
* “[Os sonhos de quem planta e colhe nossas frutas](https://www.youtube.com/watch?v=ApDQHh9Oags&app=desktop)”, OXFAM Brasil, 10 de outubro de 2019

O **Grupo Pão de Açúcar** enviou a seguinte resposta por email:

O GPA, grupo controlador das redes Extra e Pão de Açúcar, tem, desde 2015, uma Política de Ética Social para monitorar as condições sociais nas suas cadeias de fornecimento e, em 2016, formalizou uma Carta de Ética com compromissos, regras e recomendações relacionadas a diversos temas relevantes, como direitos humanos, jornada de trabalho, saúde e segurança. Adicionalmente, desde 2008 a companhia desenvolve o Qualidade Desde a Origem (QDO), programa pioneiro no varejo.

A iniciativa rastreia fornecedores de frutas, verduras e legumes, realizando auditorias e análises de resíduos e microbiologia nos produtos para garantir segurança alimentar aos seus consumidores. As visitas são realizadas periodicamente por equipes de auditores especializados que atualizam um sistema único utilizado por todo o GPA.

Questões ligadas ao cuidado com o meio ambiente também são monitoradas e avaliadas durante essas visitas – atualmente, as auditorias chegam até o campo (produtor) e observam questões como utilização de recursos hídricos, descarte de embalagens de defensivos e de outros resíduos.

Dentre os itens já monitorados atualmente, estão ainda questões ligadas a práticas trabalhistas e sociais. Os fornecedores devem provar, por exemplo, que não possuem trabalho infantil ou escravo (e também não compram de quem possui essa prática); e a contratação de seus colaboradores esteja em conformidade com o estabelecido na lei trabalhista vigente.

Tivemos a oportunidade de encontrar a equipe de pesquisa da Oxfam Brasil no final de outubro para conversar sobre os resultados da pesquisa e sobre caminhos para a construção de uma cadeia mais sustentável.

Continuaremos a acompanhar e monitorar o assunto.